

5.1.18. Função Desporto e Lazer

Como integrante da área social do Governo Federal, o Ministério do Esporte - ME tem sua atuação vinculada à consecução dos seguintes objetivos de Governo: promover a inclusão social e a redução das desigualdades; fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

Essa atuação se dá por meio da implementação de políticas públicas destinadas ao fomento do esporte nacional em suas três dimensões: Educacional; Recreativo/Lazer; de Alto Rendimento. Além disso, ressalta-se a implementação de políticas no contexto da cadeia produtiva do esporte e das pesquisas científicas voltadas à área desportiva.

Tais atividades representam um grande esforço de cooperação intra e intergovernamental – envolvendo as três esferas de governo e outras instituições federais –, além de obter na sociedade civil significativo apoio tanto em relação às parcerias na execução dos programas quanto no controle social da atuação governamental. Em relação ao Esporte Educacional, o ME tem logrado o crescimento contínuo do número de crianças, adolescentes e jovens atendidos por atividades desportivas oferecidas no contraturno escolar.

O Programa Segundo Tempo está presente em diversos municípios em todas as regiões do país, por meio de celebração de convênios com entidades governamentais e não governamentais. A parceria com o Ministério da Educação – MEC, firmada em 2009, proporcionará efetividade ainda maior ao programa. No âmbito do

esporte recreativo e de lazer, o ME tem implementado e desenvolvido Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer proporcionalmente entre as cinco regiões do país, com foco em populações em situação de vulnerabilidade social.

Os convênios também representam o instrumento de gestão mais utilizado nesse programa. No que concerne o Esporte de Alto Rendimento, a atuação do Governo Federal tem sido pautada pelo objetivo de elevar o nível esportivo do Brasil.

Dessa forma, são desenvolvidas ações de concessão de bolsas a atletas e para-atletas, funcionamento de núcleos de esporte de base, detecção de talentos, ampliação e modernização de infraestrutura desportiva. Por fim, busca-se promover a inserção social pela produção a baixo custo de material esportivo, por meio da instalação de unidades de produção em comunidades de risco social. No ano de 2009, esse programa beneficiou milhões de pessoas residentes em comunidades reconhecidamente carentes, jovens em situação de vulnerabilidade social e portadores de necessidades especiais. No contexto do fomento à pesquisa científica, a Rede CEDES promove o lançamento de Editais Públicos para apoio a pesquisas específicas e difusão do conhecimento por meio eletrônico e publicações impressas.

O demonstrativo a seguir registra a execução orçamentária do ME para as dotações alocadas na função Desporto e Lazer, dentro dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, no período de 2005 a 2009, cujo montante totaliza R\$ 4,48 bilhões no período apurado.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO DESPORTO E LAZER 2005/2009

em R\$ milhões

| DESPORTO E LAZER | EMPENHADO | | | | | |
|------------------|-----------|------|-------|------|------|-------|
| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | TOTAL |
| OFSS | 423 | 740 | 1.414 | 946 | 963 | 4.486 |
| OI | | | | | | |
| Total | 423 | 740 | 1.414 | 946 | 963 | 4.486 |

Fonte: Siafi

Os números apurados indicam evolução do investimento no desenvolvimento de políticas públicas na área esportiva e na captação de eventos internacionais de grande magnitude, como por exemplo a realização dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007. Neste sentido, percebe-se que no exercício de 2007 os gastos na função Desporto e Lazer atingiram o seu ápice com o valor empenhado de R\$ 1,4 bilhões.

O próximo demonstrativo registra a execução orçamentária do ME para as dotações alocadas na função Desporto e Lazer, que tem como subfunções típicas: Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e a Subfunção Lazer. O quadro discrimina além da execução orçamentária nas subfunções típicas os valores relativos às demais subfunções em 2009.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES

em R\$ milhões

| SUBFUNÇÃO | EXECUÇÃO DA FUNÇÃO DESPORTO E LAZER POR SUBFUNÇÕES | | EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO "27 - DESPORTO E LAZER" EM OUTRAS FUNÇÕES | | TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO "27 - DESPORTO E LAZER" | |
|-------------------------|--|------------|---|---|--|------------|
| | EMPENHADO | % | EMPENHADO | % | EMPENHADO | % |
| Subfunções Típicas | 899,2 | 93,3 | | | 899,2 | 93,3 |
| Desporto de Rendimento" | 46,5 | 4,8 | | | 46,5 | 4,8 |
| Desporto Comunitário" | 850,8 | 88,3 | | | 850,8 | 88,3 |
| Lazer" | 1,9 | 0,2 | | | 1,9 | 0,2 |
| Outras Subfunções | 64,2 | 6,7 | | | 64,2 | 6,7 |
| TOTAL | 963,4 | 100 | | | 963,4 | 100 |

Fonte: Siafi

De acordo com os dados apurados, o valor empenhado para as subfunções típicas totalizaram R\$ 899,2 milhões, com destaque para o desporto comunitário em cerca de R\$ 850,8 milhões em 2009. Outro registro importante é a evolução da execução orçamentária nas subfunções típicas no período de 2005 a 2009, ou seja, os valores empenhados pelo ME a conta de dotações alocadas para Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer.

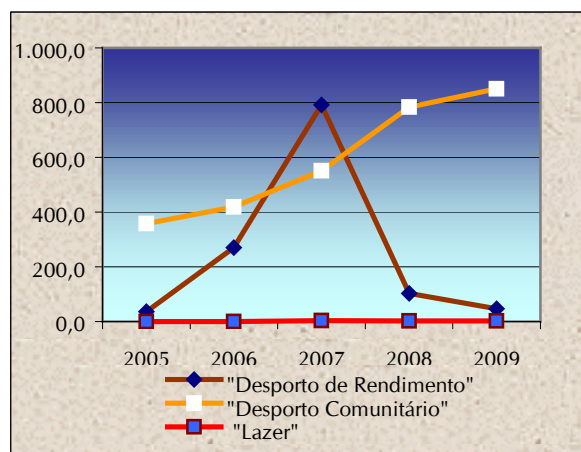
EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS

em R\$ milhões

| SUBFUNÇÕES TÍPICAS | EMPENHADO | | | | | |
|------------------------|--------------|--------------|----------------|--------------|--------------|----------------|
| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | TOTAL |
| Desporto de Rendimento | 36,5 | 270,1 | 791,4 | 102,4 | 46,6 | 1.246,9 |
| Desporto Comunitário | 358,2 | 418,5 | 551,2 | 783,9 | 850,8 | 2.962,5 |
| "Lazer" | 0,00 | 0,0 | 3,7 | 2,8 | 1,9 | 8,4 |
| TOTAL | 394,6 | 688,5 | 1.346,2 | 889,1 | 899,2 | 4.217,7 |

Fonte: Siafi

VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005/2009 (EM R\$ MILHÕES)



Fonte: Siafi

A representação gráfica da execução orçamentária por subfunções típicas indica que a Subfunção Desporto de Rendimento, relacionada com os gastos voltados para custeio da participação de equipes brasileiras em eventos nacionais e internacionais, bem como para a realização de eventos para este segmento evoluiu de forma

acentuada até 2007, ano de realização dos XV Jogos Pan-Americanos - Rio 2007. Por outro lado, a execução na Subfunção Desporto Comunitário indica uma tendência evolutiva, ressaltando que nesta subfunção estão alocados os gastos direcionados para a inclusão social pelo esporte, funcionamento de núcleos de esporte educacional, bem como a implantação e modernização de instalações esportivas tendo como foco comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, a Subfunção Lazer com execução pouco significativa, uma vez que dentro da programação do ME está restrita a Ação Desenvolvimento de Atividades Esportivas e de Lazer a pessoas Adultas e Idosas – Vida Saudável.

Destaca-se, a seguir, a execução orçamentária e financeira dos principais programas do ME – que serão abordados, adiante, com maior nível de detalhe – excluindo-se as despesas administrativas, com pessoal e encargos sociais e as transferências legais aos estados e ao Distrito Federal de que trata o § 2.º do Art. 6º da Lei n.º 9.615/98 (Lei Pelé), bem como Inciso IV do art. 2º, da Lei no 11.345/2006 (Timemania).

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

em R\$ 1,00

| PROGRAMAS | LEI + CRÉDITOS | EMPENHADO | VALORES PAGOS |
|--|-------------------------|-----------------------|----------------------|
| Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão | 133.590.970,00 | 58.482.044,96 | 16.708.705,97 |
| Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer | 14.566.352,00 | 9.310.052,26 | 5.614.747,52 |
| Inclusão Social pelo Esporte | 13.765.265,00 | 13.173.801,09 | 11.074.154,71 |
| Esporte e Lazer da Cidade | 970.317.336,00 | 635.970.864,97 | 4.425.805,43 |
| Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo | 266.933.340,00 | 205.966.170,13 | 55.939.575,09 |
| TOTAL | 1.399.173.263,00 | 922.902.933,41 | 93.762.988,72 |

Fonte: Siafi

Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão

No ano de 2009, as principais ações executadas pelo ME com relação ao Futebol, foram: a) A contratação de Serviços especializados de consultoria de apoio ao gerenciamento para a organização e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 - Consórcio Copa 2014; b) A contratação de profissionais para a prestação de serviços de pesquisa e consultoria na mensuração sócio-econômica do futebol profissional brasileiro; c) Projeto Torcida Legal; e d) I Seminário Nacional de Torcidas Organizadas.

Para implementação da Copa do Mundo FIFA - 2014 e da Copa das Confederações, o Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte, deverá se dotar dos meios e instrumentos necessários para o gerenciamento e monitoramento dos projetos dos empreendimentos previstos nas diversas cidades sede eleitas e respectivos orçamentos de investimentos, em interlocução permanente e direta com o Comitê Organizador Local, permitindo o monitoramento contínuo e eficaz dos prazos, cronogramas e requisitos técnicos exigidos pela FIFA.

Nesse sentido, foram elaborados os Termos de Referência (TR) para contratação de Serviços Especializados de Apoio ao Gerenciamento para Organização e Realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

O valor para execução dos serviços de apoio ao gerenciamento para organização e realização da Copa do Mundo FIFA – 2014 bem como da Copa das Confederações é de R\$ 13,2 milhões.

A fim de conhecer a fundo a importância socioeconômica do futebol no Brasil, o ME percebeu a necessidade de contratar profissionais para a realização de estudos e pesquisas sobre os impactos do esporte nos diversos setores da economia brasileira. Para tal consultoria, a Fundação Getúlio Vargas – FGV foi a instituição escolhida por contratação direta devido à expertise em estudos de futebol.

O valor do serviço prestado é de R\$ 5 milhões e o contrato foi firmado dia 31 de dezembro de 2009. O valor de empenhos emitidos em 2009 é de R\$ 160 mil.

Os principais objetivos do estudo são: Consolidar o caráter público do Ministério do Esporte como responsável por construir uma Política Nacional de

Esporte voltada para o fortalecimento do futebol profissional brasileiro, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico do país; Consolidação da cadeia produtiva do futebol profissional no Brasil; Consolidação de indicadores socioeconômicos sobre a importância do futebol profissional na economia brasileira; Impactos da atividade do futebol profissional sobre os demais setores da economia brasileira; Impactos do futebol profissional sobre a economia brasileira em função de mudanças no perfil econômico dos clubes de futebol brasileiro; Indicadores econômico-financeiros dos clubes, notadamente o endividamento; Reestruturação do calendário das competições do futebol profissional brasileiro; e Normatização dos laudos técnicos de vistoria de estádios de futebol.

O Projeto Torcida Legal é um conjunto de medidas que foi assinado para garantir a segurança do torcedor nos eventos esportivos.

Três documentos foram assinados na ocasião da celebração do Torcida Legal, em março: Projeto de Lei que altera o Estatuto do Torcedor, Decreto presidencial que regulamentou o artigo 23 do Estatuto do Torcedor (laudos técnicos de vistoria dos estádios publicados no DOU sob Portaria nº 124/2009 e Portaria nº 185/19/10/2009 e Termo de Cooperação Técnica.

O Termo de Cooperação foi assinado entre o ME, Ministérios da Justiça - MJ, Confederação Brasileira de Futebol - CBF e Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG para a implantação de uma política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol e em cumprimento às garantias de segurança assumidas pelo Governo Brasileiro para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.

O I Seminário Nacional de Torcidas Organizadas foi realizado nos dias 04 e 05 de julho na cidade de São Paulo – SP. Os participantes incluíam dirigentes de torcidas organizadas e uniformizadas dos clubes que participaram das séries “A” e “B” do Campeonato Brasileiro de Futebol durante o ano de 2009, representantes desses clubes, imprensa especializada e entidades relacionadas ao tema.

O Seminário foi realizado em parceria com o MJ e teve o apoio do Ministério Público de São Paulo e os principais dirigentes de torcida do estado de São Paulo. Estiveram presentes 65 agremiações de vários estados do Brasil,

somando um total de 110 membros de torcidas, além de representantes de entidades relacionadas ao tema. Foi gasto para realização desta ação o valor de R\$ 73 mil.

No âmbito do Programa Brasil Campeão, estão sendo implementadas ações visando ao início de um processo de elevação da posição do Brasil no ranking internacional, tornando-o uma das dez principais potências esportivas até 2016.

Neste contexto, dentre outras iniciativas, dar-se-á continuidade à execução de Núcleos de Esporte de Base (NEB) e da Rede CENESP (Centros de Excelência Esportiva), buscando o aprimoramento dos atletas de alto rendimento, ampliando e qualificando o investimento nas atividades esportivas voltadas para os portadores de deficiência e por meio do apoio à participação de equipes brasileiras em competições nacionais e internacionais.

Destaca-se, também, a ação de concessão de bolsas a atletas, a qual possibilita o apoio financeiro para garantir a manutenção pessoal mínima aos atletas de várias categorias e esportes diferentes, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e competições, melhorando assim seus resultados e igualando as possibilidades de atletas de esportes com menor visibilidade.

Desde seu lançamento até 2008, o Bolsa Atleta já contemplou cerca de 7,3 mil pessoas, sendo 3,3 mil somente em 2008, dos quais 13 medalhistas nas Olimpíadas e Paraolimpíadas de Pequim.

A última edição dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos contou com a participação de 86 bolsistas para-atletas e 37 atletas. No ano de 2009, já foram feitas 7.442 inscrições, das quais 2.276 em pré-renovação e 5.166 novas inscrições, com recursos orçamentos de R\$ 40,2 milhões.

Dentre as ações recentes, tem relevante importância a conquista do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão 2016.

Resultado do reconhecimento de qualidade dos XV Jogos Pan-americanos e dos III Jogos Parapanamericanos em 2007 e de um trabalho expressivo de mais de 50 órgãos do Governo Federal – coordenado pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento/Ministério do Esporte, em parceria com os Governos de Estado e Município do Rio de Janeiro, com o Comitê Olímpico Brasileiro e com o Comitê Paraolímpico Brasileira, apoiados pela iniciativa privada, a conquista do maior evento esportivo do planeta marca a inserção definitiva do Brasil no roteiro das grandes competições.

No total, o Governo Federal investiu R\$ 91,7 milhões no projeto de candidatura olímpica do Rio de Janeiro.

As iniciativas listadas anteriormente têm em comum a articulação entre Governo Federal e parceiros executores, formando assim uma rede contínua das

ações, pois elas já vêm sendo implementadas em exercícios anteriores, mas, estrategicamente, evidenciadas neste período, pois tiveram ligação direta ou indireta com os resultados obtidos pelas equipes brasileiras nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Pequim 2008, na Copa do Mundo FIFA de Futsal, nos Jogos dos Países de Língua Portuguesa – CPLP realizados no Rio de Janeiro, nos Jogos Sul-americanos Escolares/Equador e na participação do Brasil Copa America de Basquetebol/Feminino, além da Candidatura e da conquista do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Cabe realçar as parcerias já estabelecidas, historicamente, com Comitê Olímpico e Comitê Paraolímpico Brasileiro e com as Confederações esportivas, que são os principais parceiros na vertente esportiva do alto rendimento, com os vêm sendo discutidas medidas, ações e metas para o desenvolvimento, qualificação e profissionalização do Esporte no Brasil, a curto, médio e longo prazos.

Perspectivas e iniciativas a serem encaminhadas estão ligadas a: Implantação e implementação de ações visando o início de um processo que coloque o Brasil entre as 10 principais potências esportivas até 2016, atuando no apoio na preparação de equipes, atletas nacionais que tenham potencial de conseguir resultados nas principais competições internacionais; dar continuidade a implementação de mais Núcleos de Esporte de Base e no aprimoramento dos atletas de alto rendimento e aumentar o atendimento desses atletas por intermédio da Bolsa Atleta com foco nas modalidades definidas como prioritárias para o alcance da meta de colocar o Brasil entre os melhores do mundo.

Para tanto, e entre outras coisas, persiste o desafio de implantar um centro de treinamento em altitude no Brasil, universalizando a possibilidade de acesso a esse tipo de treinamento; atuar como indutor da capacitação, atualização de gestores esportivos e promover maior investimento na ciência do esporte; coordenar as ações prioritárias a organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no que tange às responsabilidades e investimentos assumidos pelo Governo Federal, com especial destaque para a constituição do Comitê Gestor de Ações Interministeriais para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e da Autoridade Pública Olímpica, para a implementação de medidas e ações necessárias ao combate e controle de dopagem esportiva e colaboração com os diversos órgãos federais envolvidos nos Jogos Rio 2016 para liberação de recursos e desenvolvimento de projetos em áreas estratégicas tais como: modernização de aeroportos, intervenções urbanas e de mobilidade, modernização de infraestrutura esportiva, ações de legado social e segurança.

Inclusão Social pelo Esporte

Este Programa objetiva contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social.

A produção correspondente aos convênios firmados no ano de 2009 - e que será distribuída no ano de 2010 - será da ordem de 631.805 itens esportivos, e contemplará cerca de 6,8 milhões de pessoas.

Em 2009, foram liberados 1.173.432 artigos esportivos advindos do estoque do programa (formado pela produção relativa aos convênios firmados no exercício de 2008), conforme demonstrativo a seguir, para atender a demanda dos Programas e Ações conduzidos em parceria com entidades estaduais, municipais e filantrópicas, objetivando promover a inclusão social de crianças, jovens e adultos por meio da prática de esportes. O material distribuído beneficiou um universo de 7.523.857 pessoas residentes em comunidades reconhecidamente carentes, jovens em situação de vulnerabilidade social e portadores de necessidades especiais.

MATERIAIS ESPORTIVOS LIBERADOS NO EXERCÍCIO DE 2009

| UF | BENEFICIADAS | LIBERAÇÕES REALIZADAS | ITENS LIBERADOS | INDIVÍDUOS ASSISTIDOS |
|--------------|--------------|-----------------------|------------------|-----------------------|
| AC | 145 | 148 | 34.555 | 736.161 |
| AL | 105 | 109 | 65.676 | 241.263 |
| AM | 22 | 23 | 4.895 | 57.300 |
| AP | 89 | 89 | 3.712 | 73.720 |
| BA | 373 | 398 | 44.732 | 185.272 |
| CE | 47 | 52 | 128.554 | 372.405 |
| DF | 143 | 727 | 74.747 | 416.456 |
| ES | 26 | 26 | 4.239 | 33.981 |
| EX | 22 | 25 | 8.259 | 134.460 |
| GO | 85 | 92 | 12.116 | 130.243 |
| MA | 107 | 107 | 10.568 | 152.884 |
| MG | 1.358 | 1.383 | 95.734 | 1.355.519 |
| MS | 9 | 12 | 21.597 | 67.610 |
| MT | 8 | 11 | 14.407 | 39.480 |
| PA | 16 | 19 | 6.838 | 39.440 |
| PB | 7 | 9 | 487 | 6.258 |
| PE | 200 | 204 | 82.891 | 568.491 |
| PI | 2 | 2 | 42.750 | 127.800 |
| PR | 32 | 43 | 88.677 | 304.107 |
| RJ | 232 | 244 | 138.094 | 535.999 |
| RN | 18 | 19 | 12.455 | 42.203 |
| RO | 6 | 6 | 964 | 4.516 |
| RR | 2 | 2 | 386 | 5.600 |
| RS | 340 | 345 | 43.061 | 465.347 |
| SC | 51 | 54 | 65.117 | 203.810 |
| SE | 36 | 37 | 2.202 | 32.440 |
| SP | 458 | 473 | 162.582 | 1.173.662 |
| TO | 5 | 7 | 3.137 | 17.430 |
| TOTAL | 3.944 | 4.666 | 1.173.432 | 7.523.857 |

Fonte: CMAES/SE/ME

A Ação Pintando a Liberdade propiciou a geração de emprego direto para 13.000 internos do Sistema Prisional Brasileiro, em 73 unidades de produção.

A Ação Pintando a Cidadania absorveu a mão-de-obra de 2.499 pessoas – em 27 unidades de produção - que residem em comunidades reconhecidamente carentes, na produção de materiais esportivos, promovendo a

inclusão social desses indivíduos e proporcionando-lhes uma renda mensal.

O indicador do Programa, no contexto do PPA 2008-2011, em função dificuldades operacionais, nunca pode ser apurado.

Dessa forma, foi proposto novo indicador com a denominação de "Pessoas Atendidas", tendo sido cadastrado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP para vigorar a partir de 2010.

Um Acordo de Cooperação entre o Brasil e a República de Moçambique possibilitou a implantação de uma fábrica de bolas esportivas em Maputo, capital daquele país. Procedeu-se a capacitação dos membros das comunidades, ensinando-lhes o ofício de costura de bolas e manuseios de equipamentos.

Para não depender de matéria prima do mercado externo, as bolas são produzidas com o couro de boi, produto que, até então, mesmo sendo de excelente qualidade, era subaproveitado naquele país.

A experiência, além de colaborar com desenvolvimento daquela nação africana, garante autonomia aos gestores moçambicanos, fato que antes da instalação da fábrica brasileira, dependia exclusivamente do processo de importação de bolas da Ásia.

Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo (PST)

Em 2009 visando tornar o esporte uma política pública efetiva, viabilizou-se a cooperação entre o Ministério do Esporte e o MEC, de forma a ampliar e qualificar mais significativamente a abrangência do PST por meio da articulação com o Sistema Educacional brasileiro.

Essa parceria se materializa a partir da inserção do PST no Programa Mais Educação, que tem por objetivo universalizar o acesso à prática esportiva a todos os alunos das Escolas Públicas da Educação Básica das redes municipal e estadual, iniciando com as Escolas que participam do Programa Mais Educação.

No contexto dos Projetos Especiais, concebidos em 2008, foram atendidas aproximadamente 2.000 pessoas em 2009, por meio dos seguintes Projetos Pilotos: a) Piloto Pessoa com Deficiência; b) PST Universitário; e c) IES Colaboradoras - Núcleos Padrão e Núcleos Pessoa com Deficiência.

Os projetos pilotos têm por objetivo analisar se as modalidades ofertadas aos públicos específicos necessitam ser trabalhadas de forma diferenciada por meio de metodologias específica e testar as metodologias propostas no funcionamento dos núcleos do PST.

O Ministério finalizou a revisão das diretrizes do PST e a revisão da Proposta Pedagógica, concebida a partir da compreensão do Esporte Educacional, visando ao estabelecimento de uma identidade nacional para o

Programa e ao desenvolvimento do novo modelo de capacitação. Esse processo culminou com a publicação do livro de Fundamentos Pedagógicos do PST: da reflexão à prática.

Foram realizados 31 eventos de capacitação ao longo do ano, em todo o território nacional, capacitando diretamente cerca 3.364 pessoas, entre Coordenadores Geral, pedagógicos, setoriais, de núcleo, e demais recursos humanos envolvidos nos projetos especiais.

A implementação da Cooperação Técnica Internacional, em parceria com o Ministério de Relações Exteriores – MRE e a Agência Brasileira de Cooperação – ABC para transferência de tecnologia com foco na implantação do Programa em países com os quais o Brasil mantém relações de cooperação, não pôde ser implantada no exercício de 2009, considerando a insuficiência de recursos orçamentários para aplicação ao projeto.

No entanto, algumas Missões Internacionais têm sido efetivadas por meio do MRE e a ABC que demandam a participação do Ministério para subsidiar as reuniões com os Gestores dos ME e dos países interessados em aderir ao Segundo Tempo.

Em junho de 2009 foi anunciado em Maputo o início do Projeto de Cooperação Internacional para implantação do Programa Segundo Tempo em Moçambique, em 12 províncias moçambicanas atendidas por um programa nacional desportivo do governo da nação que envolve escolas públicas, clubes esportivos e entidades que trabalham com o desporto social.

Para tanto o Ministério apresentou com base na Proposta atual de cooperação, um Piloto de implantação de núcleos em atendimento a crianças, adolescentes e jovens, a ser desenvolvido, com Moçambique.

Em setembro de 2009, em Campinas e São Paulo, realizou-se, a capacitação do Gestor com nove Técnicos indicados pelo Governo Moçambicano. Com isso espera-se fortalecer o Programa como tecnologia e método da inclusão social por meio do esporte.

Destacam-se no exercício de 2009 outros resultados alcançados pelo PST: qualificação e ampliação da abrangência do Programa por meio da democratização do processo de seleção e fortalecimento das parcerias institucionais; diversificação do público-alvo a partir da implantação dos Projetos Pilotos; oferta aos beneficiados do Programa de eventos e programações diferenciadas ao longo do ano, a exemplo do Projeto Recreio nas Férias; fortalecimento do Esporte Educacional na Política Nacional de Educação, por meio da inserção do PST no Programa Mais Educação; qualificação e aprimoramento da gestão do Programa por meio das seguintes medidas: - revisão das diretrizes e dos Instrumentos Normativos do Programa; - revisão e consolidação da Proposta Pedagógica do PST; - qualificação do processo de capacitação da Equipe interna, Gestores, Professores e Monitores do Programa; - aprimoramento do Modelo de Acompanhamento Operacional dos Convênios do PST; e

- ampliação e reestruturação do Modelo de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do PST a partir das Equipes Colaboradoras criadas junto às IES.

O Ministério do Esporte realizou em janeiro de 2009 a edição Piloto do Projeto Segundo Tempo/Recreio nas Férias e atendeu a mais de 105 mil beneficiados do Programa Segundo Tempo em 13 estados e 71 municípios, contratando no período 2.100 agentes de lazer, para complementação do quadro de recursos humanos que já atuam no Programa Segundo Tempo. Foram capacitadas cerca de 3.640 pessoas para a realização do Recreio.

De acordo com a pesquisa realizada, a Edição Piloto teve mais de 95% de aprovação. Esta atividade é desenvolvida por meio da Ação de Funcionamento de Núcleos com o objetivo de oferecer aos beneficiados do Programa Segundo Tempo, no período de férias escolares de janeiro, o desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas que ajudem a fortalecer sua auto-estima, além de promover o envolvimento da comunidade e das famílias.

O esporte deve ser entendido como uma política de estado com vistas ao desenvolvimento da nação, ao fortalecimento da identidade cultural e da cidadania.

O PST tem atuado para gerar oportunidades, sobretudo nas áreas de maior vulnerabilidade social, acesso ao Esporte Educacional de qualidade para milhares de crianças, adolescentes e jovens.

Uma vez que se encontra implantado em todas as unidades da federação, o Programa procurou manter equilíbrio entre o número de beneficiados em cada região do país, respeitando as especificidades e características regionais.

Agora com a inserção no Programa Mais Educação, sendo implementado em Escolas Públicas de todas as regiões do país, contribuiu cada vez mais para a redução das desigualdades, garantindo o acesso ao esporte sem distinção de raça, cor, gênero, condição física, social, ou qualquer outra forma de discriminação. Ao lado disso, o Programa atuou de forma integrada com outros Programas e Ações do Governo Federal, como por exemplo, o Pacto do Seminário Nordeste, o PRONASCI e o Mais Educação.

A prática de Esporte Educacional em 2009 funcionou em mais de 1.365 municípios em todas as regiões do país. Nesse período, estiveram ativos 189 convênios formalizados em exercício anteriores, sendo 25 com governos estaduais, 121 com prefeituras, dez com outros órgãos públicos e 33 com organizações não-governamentais, beneficiando aproximadamente 997.202 crianças, adolescentes e jovens, orientados por 19.234 professores e monitores.

Atualmente, encontram-se vigentes 246 convênios, beneficiando 1.028.780 crianças, adolescentes e jovens,

sendo que 122 estão em funcionamento e 124 em processo de estruturação.

A oscilação do número de convênios em vigência ocorre devido ao período de formalização e a data de vigência estipulado para cada convênio.

Com os recursos orçamentários disponibilizados em 2009 foram beneficiados 702.600 crianças, adolescentes e jovens, por meio dos convênios com empenhos de segunda parcela e formalização de novos. O índice apurado corresponde a 86,70% da meta prevista na LOA.

O índice apurado abaixo da meta ocorre devido ao contingenciamento de parte dos recursos orçamentários e ao ajuste realizado no primeiro semestre de 2009 nas ações do Programa, alterando a média per capita para R\$ 350,00. Registra-se que na elaboração da proposta orçamentária para 2009 a média prevista foi de R\$ 230,00 per capita.

A apuração dos Indicadores do Programa, definidos no PPA, "*Taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças, adolescentes e jovens*"; "*Taxa de atendimento do Segundo Tempo aos Municípios Brasileiros*"; e "*Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes em Regiões Metropolitanas*", resultou nos índices de 0,6%, 6,2% e 18,0%, respectivamente.

Todos os índices apurados ficaram abaixo das previsões para o exercício de 2009, situação que pode ser atribuída à dificuldades operacionais na finalização de processos, bem como às restrições orçamentárias.

Esporte e Lazer da Cidade – PELC

Este Programa tem como objetivos ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social. Em 2009, foi dada continuidade ao processo de implementação e desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer. Foram executados 143 convênios (firmados em 2007 e 2008), para Funcionamento de Núcleos, beneficiando cerca de dois milhões de pessoas em atividades sistemáticas e eventos de esporte recreativo e de lazer.

Os convênios são distribuídos proporcionalmente entre as cinco regiões do país, seguindo o critério do número de habitantes e do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Em alguns casos, como o Centro-Oeste, esta proporção é alterada por conta das emendas parlamentares.

O programa atende regiões com índices de maior vulnerabilidade social, porém não limita a participação a famílias com renda de até ½ salário mínimo per capta e sem rendimento.

Considerando que a formação e o desenvolvimento de políticas públicas locais de esporte e de lazer são centrais para o Programa, cabe salientar que foram realizadas 86 visitas técnicas a convênios em execução. Destas, oito foram por conta de denúncias de má execução, feitas via Ouvidoria, e as demais enquanto Monitoramento. As entidades foram diligenciadas e tiveram prazo para ajustar-se, de acordo com o objeto pactuado e a legislação vigente. Por não cumprirem as solicitações da diligência, cinco convênios foram rescindidos. Foram realizados, ainda, 155 módulos de formação, com a participação de mais de 3.000 agentes sociais de esporte recreativo e de lazer.

Para garantir a qualidade destas formações foram realizados dois encontros de debates e estudos com formadores.

O PELC, em 2009, garantiu o fomento a 22 projetos de pesquisa científica, por meio da Rede CEDES. A seleção, por Edital Público, contou com a inscrição de 66 propostas e aprovou 44. Participaram deste Edital, Instituições de Ensino Superior de 18 estados e Distrito Federal, sendo que 17 já integravam a Rede e 19 são novos proponentes de todas as regiões brasileiras.

Com este resultado a Rede CEDES passa a reunir 59 Núcleos, 21 estados, o Distrito Federal e 139 projetos fomentados.

O produto destes estudos é difundido mediante acesso aberto (site do ME e Repositório digital da Rede) e publicações impressas (foram distribuídos 5.263 livros).

A difusão do conhecimento é também fomentada pelo apoio à publicação de 03 periódicos científicos da área da Educação Física (acesso digital aberto/impresso) e a realização de eventos científicos de abrangência nacional e internacional (apoio a três grandes eventos/100% do orçamento inicial).

Além disso, pode-se destacar a divulgação nacional dos premiados do 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social (2008); o apoio à realização dos IX Jogos dos Nacionais dos Povos Indígenas, dos quais participaram 33 etnias, com 1.200 indígenas; a participação na elaboração da Carta Olímpica com o MEC/SECAD/Programa Mais Educação, especialmente considerando o Legado Social do Projeto Rio 2016.

A apuração do indicador do Programa, definido no PPA 2008-2011, *taxa de atendimento da demanda por esporte recreativo e de lazer às pessoas em situação de vulnerabilidade social*, que resultou em 3,5%, ficou inferior a 6%, índice previsto para 2009.

A diferença pode ser creditada às dificuldades operacionais na finalização de processos, bem como às restrições orçamentárias.